

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005133-35.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Gelica Maiara Carvalho de Araujo**
 Requerido: **Evandro Alves de Freitas e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Gélica Maiara Carvalho de Araújo propôs a presente ação contra os réus Evandro Alves de Freitas e Nayara Hagge Barbosa, requerendo a condenação destes:

a) a condenação dos réus no pagamento de indenização por danos morais em valor equivalente a 50 salários mínimos; b) a condenação dos réus no pagamento de indenização por danos materiais no valor de R\$ 2.756,74; c) que os réus sejam compelidos a devolver todos os documentos e demais pertences levados pelos réus.

O réu Evandro Alves de Freitas foi citado pessoalmente às folhas 48 e a ré Nayara Hagge Barbosa foi citada pessoalmente às folhas 51, todavia, não ofereceram respostas (folhas 51), tornando-se revéis.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide nos termos do artigo 330, II, do Código de Processo Civil.

Sustenta a autora, em síntese, que dividia como locatária e também avalista, juntamente com a corré Nayara, o imóvel pertencente ao corréu Evandro Alves de Freitas. Após algum tempo, o réu iniciou um namoro com a corré Nayara e, a partir de então, passou a ofender a autora, proferindo palavras de baixo calão, realizando ameaças, em público e por meio de mensagens de texto, juntamente com a corré Nayara. Aduz que, não obstante estivesse com os aluguéis em dia, foi expulsa do imóvel pelo réu no dia 15 de

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

março de 2015, tendo ele levado consigo pertences da autora e inclusive o contrato de locação, documentos pessoais e cartões. No início da relação locatícia, a autora sustenta que arcou com o pagamento de despesas relativas ao imóvel em período anterior à locação. Também aduz que, por ocasião de sua expulsão do imóvel, o aluguel havia sido pago antecipadamente, gerando um saldo credor em seu favor, além da multa contratual relativa a três meses de aluguel por infração contratual, tudo isso gerando um crédito em seu favor no valor de R\$ 2.756,74. Assim, requer a condenação dos réus no pagamento de indenização por danos materiais e por danos morais.

Os réus foram citados pessoalmente, todavia, não ofereceram resistência ao pedido, sendo de rigor o reconhecimento de que os fatos afirmados pela autora são verdadeiros, nos termos do disposto no artigo 319 do Código de Processo Civil.

Assim sendo, de rigor a procedência dos pedidos.

Todavia, com relação ao *quantum* indenizatório, tendo em vista a condição econômica das partes e o caráter pedagógico da condenação, fixo o dano moral em R\$ 12.000,00 (doze mil reais), com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora desde o ato ilícito, considerando-se, para tanto, o dia 15/03/2015, conforme documento de folhas 19/20.

Diante do exposto, acolho os pedidos, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de: a) condenar os réus, solidariamente, no pagamento de indenização em favor da autora, a título de danos materiais, no valor de R\$ 2.756,74, com atualização monetária desde o ajuizamento da ação e juros de mora a partir da citação; b) condenar os réus, solidariamente, no pagamento de indenização em favor da autora, a título de danos morais, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir de 15/03/2015; c) compelir os réus a restituírem à autora todos os seus documentos e demais pertences, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 23 de outubro de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**